ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018.

PRESIDENTE: VEREADOR LEO PRATES
1º SECRETÁRIO: VEREADOR TOINHO CAROLINO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR JOCEVAL RODRIGUES

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL RIOS, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, FELIPE LUCAS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, IREUDA SILVA, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEO PRATES, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROGÉRIA SANTOS, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TIAGO CORREIA e TOINHO CAROLINO, estando licenciados os vereadores EDVALDO BRITO e SIDNINHO. Havendo número legal, o senhor presidente, inicialmente, leu texto de escritor angolano sobre a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), assinalando a presença de Salvador na entidade. Em seguida, declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 201 do Ministério da Cultura, Projetos de Lei n.s 320/18 da vereadora Ireuda Silva e 321/18 da Mesa Executiva; Projeto de Decreto Legislativo n. 7/18 da Mesa Executiva; Projeto de Indicação

n. 364/18 do vereador Duda Sanches; Projetos de Resolução n.s 100/18 do vereador Orlando Palhinha, 101/18 do vereador Toinho Carolino, 102/18 do vereador Beca, 103 e 104/18 do vereador Luiz Carlos Suíca, 105/18 do vereador Carlos Muniz e 106/18 do vereador Tiago Correia; Requerimentos n.s 178/18 do vereador Leo Prates e 179/18 do vereador Beca; e Moção n. 137/18 da vereadora Aladilce Souza. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente informou boas tratativas para a votação do Estatuto da Igualdade Racial. Nos **Registros**, o vereador Paulo Câmara historiou sua relação com a Casa e com alguns edis desde antes de seu ingresso, nela, como vereador. Citou o ex-vereador Waldir Pires sobre o valor do trabalho do vereador; declarou orgulho em ser político; e disse que sairia da CMS, para a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), feliz com o que viveu na Casa. O vereador Hilton Coelho avaliou como rica a sua experiência na CMS, salientando que ela se iniciou atrelada aos movimentos sociais que eclodiram em 2013. Enalteceu os debates travados, afirmando que os conflitos foram construtivos, e destacou a dimensão histórica da Casa. Comentou sobre as movimentações de servidores estaduais que ocorriam, na ALBA, contra medidas do governador do Estado. Concluiu agradecendo a todos na CMS. O senhor presidente saudou os vereadores Paulo Câmara e Hilton Coelho. O vereador Luiz Carlos Suíca destacou a falta que fariam os colegas que deixavam a CMS para mandatos em outras casas, saudando-os e desejando-lhes sucesso. Elogiou os servidores estaduais que lutavam por seus direitos, afirmando que os vereadores estão do lado dos trabalhadores e elogiando o deputado Marcelino Gallo por adotar tal postura, mesmo sendo do bloco do Governo. O vereador Toinho Carolino também saudou os colegas que saíam da Casa e historiou sua trajetória nela, iniciada como assessor parlamentar. Declarou satisfação com seu trabalho como 1º secretário e agradeceu aos que o ajudaram. O senhor presidente registrou a presença de estudantes da Faculdade de Direito da UFBA. Pela ordem, o vereador José Trindade, como procurador, mencionou informações da imprensa acerca do vereador Vado Malassombrado e indagou sobre a situação do edil. O

senhor presidente disse que ele se encontrava como suplente e que, em breve, haveria melhores informações a seu respeito. Pediu que a CMS, por seus órgãos competentes, acompanhasse as investigações policiais sobre o assunto. A vereadora Aladilce Souza declarou, a conselheiros tutelares presentes, seu compromisso com as crianças. Aos colegas que saíam da Casa, desejou que houvesse uma ponte entre a CMS e a ALBA. Contou ter estado com os servidores na ALBA e pediu que seus direitos fossem respeitados, criticando a falta de diálogo do Governo. O vereador Sílvio Humberto saudou o vereador Paulo Câmara, assinalando a aprendizagem tida com ele e desejando-lhe um bom trabalho como deputado. O mesmo estimou ao senhor presidente, lembrando o lema "democracia dá trabalho, e ao vereador Hilton Coelho, salientando o trabalho de cunho social em momento delicado da política. Também desejou um bom trabalho, no Congresso Nacional, ao vereador Igor Kannário. Expressou solidariedade aos conselheiros tutelares e aos seus colegas servidores estaduais. O vereador Moisés Rocha elogiou o trabalho do senhor presidente, destacando o espaço para debates em que vozes discordantes foram ouvidas, e desejou-lhe um bom mandato na ALBA. Declarou posição crítica ao governador do Estado com relação aos servidores. Elogiou o presidente eleito Geraldo Júnior pela interlocução, estimando-lhe uma gestão democrática como a que findava. Saudou outros colegas edis pelo trabalho, destacando o vereador Sílvio Humberto como relator do Estatuto da Igualdade Racial, cuja efetivação defendeu. O senhor presidente comentou sobre sua atuação, na CCJ, sobre o Estatuto da Igualdade Racial, afirmando que só lhe faltava algum acerto político. A vereadora Marta Rodrigues também saudou os colegas que seguiriam à ALBA, desejando-lhes um bom trabalho, e fez o mesmo com o edil Igor Kannário, quanto ao Congresso Nacional. O vereador Luiz Carlos de Souza expressou seu apoio aos conselheiros tutelares e propôs uma comissão para ir ao prefeito tratar dos problemas que os afligiam. Comentou sobre a movimentação dessa categoria por seus pleitos. O vereador Orlando Palhinha agradeceu ao prefeito por, através do vice-prefeito e

do secretário de Educação, aos quais também agradeceu, assinar ordem de serviço para a reforma da Escola Francisco de Assis, em Periperi, atendendo a pedido seu. Comentou sobre os problemas dessa escola. Informou visita, com o vice-prefeito, à Rua Castro Alves, onde também houve ordem de serviço. Saudou os colegas que saíam para outras casas. O senhor presidente informou sugestão do vereador Luiz Carlos de Souza para a votação, nesta Sessão, do Estatuto da Igualdade Racial, explicando que, se houvesse acordo, ela aconteceria. O vereador Joceval Rodrigues elogiou o trabalho dos conselheiros tutelares e saudou os colegas que deixavam a Casa, parabenizando-os e desejando-lhes um bom trabalho. Afirmou que um novo ciclo se iniciaria com o novo presidente Geraldo Júnior. O senhor presidente informou posição dos vereadores ligados a grupos religiosos quanto a não haver acordo para a votação do Estatuto da Igualdade Racial. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha contestou a posição, afirmando haver desrespeito, pois o Projeto era antigo e houve várias audiências públicas, da quais não participaram os edis religiosos. O senhor presidente esclareceu que o Estatuto não estava na Ordem do Dia e que, pelo Regimento Interno (RI), apenas dessa maneira, ou por Urgência Urgentíssima, esse Projeto poderia ser votado. Lamentou não haver acordo nesse sentido. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse compreender a situação e fez um apelo ao vereador Henrique Carballal, líder da Oposição, para a matéria ser votada, pois não continha polêmica e beneficiava 86% da População. Lembrou votos favoráveis da Oposição a projetos da Prefeitura, na Sessão anterior. O vereador Henrique Carballal contou sua conversa com a secretária Ivete Sacramento em que ela pediu a votação do Estatuto. Disse que houve diálogo a respeito na Casa e anotou não haver “bancada evangélica”. Sublinhou que a matéria era do Executivo e pediu que não se suspendesse a possibilidade de sua votação na Sessão, após possíveis mudanças. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza sugeriu que se criasse a comissão por ele proposta e esclareceu que alguns colegas edis ligados a igrejas, como ele, expressaram dúvidas, as quais esperava ver resolvidas para a votação do Projeto. O vereador Ricardo Almeida

esclareceu que não era contra o Estatuto, tampouco racista, e que o Projeto continha aspectos religiosos, os quais exigiam atenção. O senhor presidente solicitou, aos líderes de Governo e de Oposição, medidas para a formação da comissão proposta pelo vereador Luiz Carlos de Souza. Em seguida, determinou verificação nominal de *quorum*, a qual apurou a presença de 39 vereadores. Abrindo-se a **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 273/18, sobre dispositivos do Código Tributário do Município. Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues leu e analisou dispositivos do Projeto e contou sobre reuniões acerca do original, que gerou o Substitutivo. Criticou a delegação de competência, a secretário da Fazenda, para extinção de crédito tributário. Considerou que o prefeito promoveu muitas mudanças tributárias e desaprovou o modo de seus projetos dessa natureza chegarem à Casa, com tempo exíguo para serem votados. Afirmou que até a população ficava desinformada sobre as medidas do Executivo e explicou a natureza de sua Emenda supressiva. A Sessão foi prorrogada por três horas. O vereador Hilton Coelho declarou concordância com a vereadora Marta Rodrigues e disse que a Prefeitura atuava em atenção a grupos econômicos. Explicou que as casas lotéricas seriam tributadas, apenas, sobre movimentações de menor valor e comparou esse tratamento ao que era dado aos conselheiros tutelares, que sofriam privações e riscos. Criticou as isenções a empresários enquanto Educação e Saúde tinham demandas não-resolvidas. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal informou proposta de acordo para o Estatuto da Igualdade Racial ser votado na primeira quinzena de fevereiro. O presidente eleito, vereador Geraldo Júnior, apelou para que se declinasse da votação do Projeto neste dia e ratificou, como compromisso seu, a votação desse Projeto no início de fevereiro. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto disse que a intolerância e o racismo se manifestavam neste momento, vendo nisso as razões para negarem a votação imediata do Estatuto. Lamentou que se perdesse a chance de se fechar com "chave de ouro" os trabalhos do ano. O vereador Moisés Rocha lembrou que outras religiões sofreram perseguições e,

depois, foram beneficiadas. Reiterou que o Estatuto era antigo, criticando o fato de os que negavam sua votação nunca terem se interessado por ele. Citando o ex-presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson, afirmou que, mais que declarar a igualdade, era necessário se criarem políticas a seu respeito. Prosseguindo com a discussão do Projeto, a vereadora Aladilce Souza, incialmente, manifestou seu desapontamento com a não-votação do Estatuto da Igualdade Racial. Sobre o Projeto, criticou a atuação fiscal da atual gestão municipal ao longo dos anos, afirmando ser ela a responsável por Salvador ter tamanha pobreza. Deu o exemplo dos Conselhos Tutelares, demonstrando desigualdade no recebimento de recursos, inclusive com relação a gastos em propaganda. Apontou falta de transparência na renúncia de receitas e discordou de o tratamento tributário dado às casas lotéricas ser apenas para esse segmento. Também criticou a delegação de competência a secretário. Encerrada a discussão, subiu à Tribuna o vereador Paulo Magalhães Júnior, para emitir Parecer conjunto, pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento, sobre Emenda ao Projeto. O Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas duas Comissões, o Parecer foi aprovado. Submetida ao Plenário, a Emenda também foi aprovada. Após discutido e votado, o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 273/18 foi aprovado, até a Redação Final, com sua Emenda, contra o voto do vereador Hilton Coelho. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 312/18, do Plano de Incentivos Fiscais pata o programa *Salvador 360*. Em discussão, o vereador Hilton Coelho criticou a outorga onerosa e apontou falta de discussão sobre o Projeto no Conselho da Cidade. Apontou ainda a falta de justificativa orçamentária para a renúncia de receita, afirmando que seria dado um "cheque em branco" em benefício de grupos econômicos. A vereadora Marta Rodrigues, inicialmente, registrou, frente à Comissão de Reparação e ao relator do Estatuto da Igualdade Racial, vereador Sílvio Humberto, sua insatisfação com a não-votação da matéria, comentando sobre problemas enfrentados pela população da "Roma Negra". Em aparte, o vereador Sílvio Humberto apontou o racismo institucional e reiterou seu descontentamento

com a perda de uma oportunidade importante nesta Sessão. A oradora lembrou que a Casa até avançara com o estabelecimento de cotas sem eu Concurso. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suíca afirmou que, com o Estatuto, não ganhariam os edis que o apoiavam, mas, a Cidade. Registrou a não-participação de governistas nas sete audiências públicas sobre o Projeto e apontou racismo no tratamento à Proposição. A vereadora Marta Rodrigues concluiu expondo sobre a desigualdade que via, no Projeto discutido, entre os tratamentos para as áreas ricas e para as áreas pobres da Cidade, explicando que por isso inseria a discussão racial em seu discurso. A vereadora Aladilce Souza apelou ao prefeito para discutir profundamente a questão fiscal, construindo um projeto econômico. Disse que não via os resultados do projeto *Salvador 360*, mas sim, vários problemas. Esclareceu que não era contra o empresariado e entendia que ele gerava empregos, mas via prejuízos a pequenos comerciantes. Contestou a retirada de isenção de IPTU em algumas áreas, nas quais, ao lado de imóveis caros, havia os mais modestos. Disse haver obscuridade, inclusive, sobre a capacidade de arrecadação fiscal. Encerrada a discussão, subiu à Tribuna o vereador Paulo Magalhães Júnior, para emitir Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento sobre as quatro Emendas ao Projeto. O Parecer foi favorável às quatro Emendas. Colhidos os votos nas duas Comissões, o Parecer foi aprovado. Submetidas ao Plenário, as Emendas foram aprovadas. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 312/18 foi aprovado, até a Redação Final, com suas Emendas, contra o voto do vereador Hilton Coelho. Dando-se cumprimento a Acordo, foram ainda discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes proposições: Projetos de Lei n.s 319/18 e 321/18; Projeto de Decreto Legislativo n. 7/18; Projeto de Indicação n. 362/18; e Projetos de Resolução n.s 98/18, 99/18, 100/18, 102/18, 103/18, 104/18 105/18 e 106/18. Também foram discutidas, votadas e aprovadas as seguintes proposições: Requerimentos n.s 178/18 e 179/18. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 275/18, da Lei Orçamentária Anual (LOA). Em discussão, o

vereador Hilton Coelho defendeu que a sociedade civil se apropriasse do tem orçamentário, exercendo controle, e lembrou que o Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) exigia a elaboração participativa em parte do Orçamento. Comentou números da peça orçamentária, demonstrando alto investimento em publicidade e redução de investimentos sociais. Expôs sobre o teor de suas Emendas, as quais foram rejeitadas. A vereadora Marta Rodrigues disse que a previsão de receitas e despesas apresentava um crescimento de 6% em relação ao ano anterior, o que significava 450 milhões. Disse ainda que o prefeito, em anos anteriores, não realizava todas as receitas previstas, como apurado pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), no qual, Contas municipais foram aprovadas com ressalvas, relativas a gastos com publicidade e propaganda. Apontou haver baixos recursos para secretarias de atuação socialmente relevantes. A vereadora Aladilce Souza afirmou haver superestimativa de receita e historiou essa questão desde a gestão anterior. Mencionou queda na participação no Fundo de Participação dos Municípios e a ausência de previsão de reajuste para os servidores. Também expôs o baixo aporte para secretarias de atuação social. A Sessão foi prorrogada por 30 minutos. O vereador Cláudio Tinoco declarou felicidade em retornar à CMS e comentou sobre o convívio com o senhor presidente, a quem elogiou. Lembrou que conduziu a Comissão de Finanças e Orçamento da CMS e, sob essa perspectiva, afirmou que as receitas de capital do Município não se realizavam por perseguição do Governo Federal, algo que mudou no atual cenário político, permitindo que receitas fossem investidas em habitação, saneamento, educação e outras necessidades. Disse que o modelo financeiro de Salvador foi elogiado no Exterior e comparou essa gestão ao Governo do Estado, o qual criou um pacote de medidas que revoltou servidores. Em aparte, o vereador Teo Senna afirmou que a gestão municipal se pautava pelo equilíbrio fiscal e criticou os discursos dos oposicionistas, bem como o Governo do Estado. O orador concluiu dizendo que honraria os votos que recebeu e que a Prefeitura não permitiria o fechamento do Posto de Saúde de Santa Cruz, e

criticou a Segurança Pública estadual. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues rejeitou adjetivação usada contra o governador do Estado e pediu que os oradores se ativessem ao tema debatido. O senhor presidente pediu respeito ao acordo para não se usar termos ofensivos. O vereador Sílvio Humberto elogiou os comentários das edis Marta Rodrigues e Aladilce Souza e criticou o tratamento às finanças municipais. Defendeu que se investisse em gente, mais do que em coisas, e que não se governasse para poucos e sim, para todos. Relacionou a pobreza à condição de negro e lamentou a não-votação do Estatuto da Igualdade Racial, e expôs números sobre a desigualdade entre brancos e negros. Considerou que, com poucos recursos, a Secretaria de reparação era meramente retórica e analisou o racismo como elemento estruturante e de poder. Defendeu que o investimento em ação deveria preceder o investimento em comunicação. Afirmou que a população negra era usada como "escada" e, depois, descartada, e que a Cidade era pensada para os brancos. Comentando os projetos educacionais, lembrou seu questionamento sobre as crianças terem farda. A Sessão foi prorrogada por 30 minutos. O vereador Joceval Rodrigues elogiou o senhor presidente, a Casa e a discussão deste Projeto. Com relação à não-votação do Estatuto da Igualdade Racial, disse que não havia bancadas sectárias, mas, edis agindo pela Cidade. Disse ainda que não poderia haver votação atropelando o que era previsto para a Sessão e declarou que era a favor do Estatuto. O vereador Tiago Correia elogiou os secretários responsáveis pela elaboração da peça orçamentária. Agradeceu a colaboração dos colegas nas audiências públicas relativas ao Projeto, mencionando a vereadora Marta Rodrigues. Em aparte, o vereador Luiz Carlos de Souza afirmou que Salvador avançava e mencionou os Conselhos Tutelares e seus membros, que tiveram seus recursos orçamentários aumentados, a partir de Indicação sua. O orador parabenizou a atuação do aparteante pela juventude e forneceu números do investimento nesse segmento. Agradeceu ao senhor presidente, aos servidores da CMS e ao futuro presidente, vereador Geraldo Júnior. O senhor presidente registrou e elogiou a atuação do vereador Tiago

Correia na obtenção de recursos para a Casa. A vereadora Marcelle Moraes agradeceu aos pares pela aprovação do Projeto da Diretoria Animal no dia anterior e disse não entender os votos contrários ao Projeto. Agradeceu a alguns edis, destacando o senhor presidente e os vereadores Paulo Câmara e Geraldo Júnior, os quais elogiou. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues esclareceu que a bancada de Oposição apresentou Emenda sobre o Conselho Animal e votou a favor do Projeto, à exceção de alguns pontos apenas. O senhor presidente destacou o papel da Liderança de Oposição. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho considerou que a vereadora Marcelle Moraes se pronunciava em função de informação na mídia e registrou que o PSOL também votou a favor do Projeto, tendo um voto crítico. Pela ordem, a vereadora Ana Rita Tavares mencionou sua trajetória na luta pelos animais e rejeitou o que era dito na imprensa. Pela ordem, a vereadora Marcelle Moraes declarou respeitar a edil Marta Rodrigues mas entender que houve voto contrário, e disse não ter controle sobre a imprensa. Encerrada a discussão, encaminharam voto os vereadores: Marta Rodrigues (contra); Felipe Lucas (a favor); Aladilce Souza (contra). Após discutido e duas vezes votado, o Projeto de Lei n. 275/18 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Hélio Ferreira, Hilton Coelho, José Trindade, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues, Moisés Rocha, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Em seguida, foram promulgadas as Resoluções n.s 2.733 a 2.744/18 e o Decreto Legislativo n. 977/18. Em seguida, foi dado prazo para a finalização da Ata. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão. REGISTROS: registros dos vereadores Henrique Carballal e Odiosvaldo Vigas.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO